

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: ES000050/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 08/02/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR067505/2021
NÚMERO DO PROCESSO: 13040.100183/2022-51
DATA DO PROTOCOLO: 02/02/2022

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 14021.184825/2021-77
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 28/07/2021

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.
SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO PESADA NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO-
SINDOCOPES, CNPJ n. 30.962.963/0001-37, neste ato representado(a) por seu ;

E

SIND TRAB IND C CIVIL M E P PAVIMENTACAO E TERRAPLANAGE, CNPJ n. 28.164.291/0001-72, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO TRAB IND CIM CONST CIVIL TERRAP PAVI SUL EES, CNPJ n. 27.368.273/0001-40, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUCAO CIVIL DO NORTE DO ESTADO, CNPJ n. 27.466.507/0001-91, neste ato representado(a) por seu ;

SIND TRAB IND CONST CIVILTERRAP EST PONTES CONST MONTAG, CNPJ n. 36.022.382/0001-00, neste ato representado(a) por seu ;

FETRACONMAG/ES - FED. DOS TRAB. NAS IND. DA CONST, CIVIL, MONTAGEM, TERRAPL. PAVIM. CAL, GESSO, IND. E ART. DE CIMENTO, CER, LADR., ARGILA,, CNPJ n. 07.857.013/0001-20, neste ato representado(a) por seu ;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de setembro de 2021 a 31 de agosto de 2022 e a data-base da categoria em 01º de setembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Abrangerá todos os trabalhadores que prestam serviços nas empresas da Indústria da Construção Pesada no Estado do Espírito Santo (Aeroportos, Barragens, Canais, Eclusas, Estradas, Administração e Conservação de Pontes e Rodovias, Ferrovias, Hidrelétricas, Metrô, Montagens Industriais, Pavimentação, Pontes, Portos, Saneamento, Terraplenagem em Geral, Termoeletricas, Túneis, Viadutos, Engenharia Consultiva e demais Obras de Construção Pesada), aqui representada pelo SINDICOPES, com abrangência territorial no Estado do Espírito Santo, com abrangência territorial em Afonso Cláudio/ES, Água Doce do Norte/ES, Águia Branca/ES, Alegre/ES, Alfredo Chaves/ES, Alto Rio Novo/ES, Anchieta/ES, Apiacá/ES, Aracruz/ES, Atilio Vivacqua/ES, Baixo Guandu/ES, Barra de São Francisco/ES, Boa Esperança/ES, Bom Jesus do Norte/ES, Brejetuba/ES, Cachoeiro de Itapemirim/ES, Cariacica/ES, Castelo/ES, Colatina/ES, Conceição da Barra/ES, Conceição do Castelo/ES, Divino de São Lourenço/ES, Domingos Martins/ES, Dores do Rio Preto/ES, Ecoporanga/ES, Fundão/ES, Governador Lindenberg/ES, Guaçu/ES, Guarapari/ES, Ibatiba/ES, Ibatuba/ES, Ibitirama/ES, Icaraíma/ES, Irupui/ES, Itaguaçu/ES, Itapemirim/ES, Itarana/ES, Iúna/ES, Jaguaré/ES, Jerônimo Monteiro/ES, João Neiva/ES, Laranja da Terra/ES, Linhares/ES, Mantena/ES, Maratá/ES, Marechal Floriano/ES, Marilândia/ES, Mimoso do Sul/ES, Montanha/ES, Mucurici/ES, Muniz Freire/ES, Muqui/ES, Nova Venécia/ES, Pancas/ES, Pedro Canário/ES, Pinheiros/ES, Piúma/ES, Ponto Belo/ES, Presidente Kennedy/ES, Rio Bananal/ES, Rio Novo do Sul/ES, Santa Leopoldina/ES, Santa Maria de Jetibá/ES, Santa Teresa/ES, São Domingos do Norte/ES, São Gabriel da Palha/ES, São José do Calçado/ES, São Mateus/ES, São Roque do Canaã/ES, Serra/ES, Sooretama/ES, Vargem Alta/ES, Venda Nova do Imigrante/ES, Viana/ES, Vila Pavão/ES, Vila Valério/ES, Vila Velha/ES e Vitória/ES.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial**CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL****VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/09/2021 a 31/08/2022**

Os pisos salariais a serem praticados na categoria profissional da Indústria da Construção Pesada serão os seguintes em 01/09/2021:

CARGO/FUNÇÃO	SET/21
Operador de Máquina Pesada I	R\$ 1.832,01
Operador de Máquina Pesada II	R\$ 1.943,77
Oficial da Construção Pesada I	R\$ 1.459,03
Oficial da Construção Pesada II	R\$ 1.943,77
Oficial da Construção Pesada III	R\$ 2.314,94
Encarregado I	R\$ 2.663,60
Encarregado II	R\$ 2.774,25
Motorista I	R\$ 1.300,20
Motorista II	R\$ 1.508,72
Motorista III	R\$ 1.827,64
Motorista IV	R\$ 2.122,03
Ajudante	R\$ 1.214,62
Vigia	R\$ 1.214,62
Servente	R\$ 1.214,62

Parágrafo único – As empresas estão autorizadas a compensar as antecipações espontâneas de reajustes concedidos entre 01/09/2020 e a presente data.

Reajustes/Correções Salariais**CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE E PAGAENTO DOS TRABALHADORES****VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/09/2021 a 31/08/2022**

Os salários dos trabalhadores que recebem acima dos pisos da categoria serão reajustados com a aplicação do percentual de 8,8 % sobre os salários vigentes em 01/09/2020, a partir de 1º de setembro de 2021, aplicações essas limitadas ao valor máximo de R\$ 6.043,05.

Parágrafo único – As empresas estão autorizadas a compensar as antecipações espontâneas de reajustes concedidos entre 01/09/2020 e a presente data.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**Outras Gratificações****CLÁUSULA QUINTA - PRÊMIO ASSIDUIDADE****VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/09/2021 a 31/08/2022**

As empresas pagarão aos empregados que não tiverem faltas no mês um prêmio assiduidade no valor de R\$ 123,19 mensais, a partir de 01/09/2021, mediante crédito em um cartão alimentação, a ser fornecido através de uma empresa filiada ao PAT, indicada obrigatoriamente em consenso pelos Sindicatos Laborais.

Parágrafo primeiro - Caso não haja consenso na indicação pelos Sindicatos Laborais, os empregadores terão autonomia para escolher a empresa que bem entenderem.

Parágrafo segundo - Caso as empresas tenham algum problema operacional/econômico com a empresa indicada deverão comunicar o Sindicato Laboral para tentar resolver o problema, caso não seja solucionado, os Sindicatos Laborais indicarão outra operadora.

Parágrafo terceiro - O pagamento da assiduidade será feito até o dia 10 do mês seguinte da prestação dos serviços.

Parágrafo quarto - O empregado que tiver faltas justificadas, nos termos do artigo 473 da CLT, receberá o benefício integral.

Parágrafo quinto - A concessão desse benefício não possui natureza salarial.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA SEXTA - ALIMENTAÇÃO

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/09/2021 a 31/08/2022

As empresas que não optarem em fornecer alimentação pronta para consumo poderão fornecer aos trabalhadores cartão alimentação ou cesta básica, no valor de R\$ 347,83 por mês a partir de 01/09/2021, desde que o empregado tenha sido admitido até o dia 10 do mês de concessão, mediante desconto mensal no salário do valor de R\$ 1,00 (um real).

Parágrafo primeiro – Os benefícios contidos no caput desta cláusula poderão não ser aplicados aos encarregados e seus superiores que já tenham outros benefícios.

Parágrafo segundo – O empregado que tiver falta durante o mês concessivo receberá os benefícios contidos nesta cláusula proporcionalmente aos dias trabalhados.

Parágrafo terceiro – A concessão do cartão alimentação aos empregados da empresa será fornecida preferencialmente na bandeira indicada pelos sindicatos laborais.

Parágrafo quarto – Aos empregados afastados por acidente de trabalho, doença comum ou invalidez permanente, portadores do cartão alimentação enquadrado no caput desta cláusula, exclusivamente da bandeira indicada pelos sindicatos laborais, será assegurado um crédito por até 03 (três) meses a cada ano, consecutivos ou não, por conta da administradora do cartão, sem qualquer custo adicional, no valor mensal igual ao do mês imediatamente anterior, a contar do mês do afastamento, em seu nome ou de seu beneficiário, condição esta de inteira responsabilidade da relação contratante e contratada, isentando os empregadores de quaisquer ações ou obrigações.

Parágrafo quinto – Os benefícios concedidos nesta cláusula possuem natureza indenizatória, portanto, não têm natureza salarial, estando livres de quaisquer incidências de encargos trabalhistas, previdenciários e fundiários.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA SÉTIMA - PLANO DE SAÚDE

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/09/2021 a 31/08/2022

As empresas obrigam-se à disponibilização em favor dos seus empregados, plano de assistência médica coparticipativo, com cobertura integral (ambulatorial, hospitalar e obstetrícia), devidamente regulamentado, conforme determina a Lei 9.656/98 e condições particulares até o limite de R\$ 79,84, a partir de 01/09/2021, por conta do empregador, acima de tal valor será suportado pelo empregado.

Parágrafo primeiro - O plano de saúde será preferencialmente de operadora indicada pelos Sindicatos Laborais.

CLÁUSULA OITAVA - PLANO ODONTOLÓGICO

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/09/2021 a 31/08/2022

As empresas fornecerão aos seus empregados, exceto na vigência de contrato de experiência, plano odontológico básico, conforme coberturas previstas na Lei nº. 9.656/1998 e na Resolução Normativa nº. 211/2010 da ANS, mediante adesão do empregado.

Parágrafo primeiro - Caso o trabalhador faça a opção pela adesão ao referido plano odontológico, a empresa arcará com o valor máximo de R\$ 15,95, a partir de 01/09/2021, e o trabalhador arcará com o restante da mensalidade, sendo o valor mínimo de R\$ 1,00 (um real), mediante desconto em seu salário, previamente autorizado no momento da adesão ao plano.

Parágrafo segundo - O plano odontológico será exclusivo para o empregado, não sendo extensivo aos seus familiares ou dependentes. Porém, será permitida a inclusão deles no contrato, desde que o empregado arque integralmente com o custeio adicional, mediante desconto no seu salário, com autorização prévia e por escrito.

Parágrafo terceiro - O plano odontológico será preferencialmente de operadora indicada pelos Sindicatos Laborais.

Disposições Gerais

Outras Disposições

CLÁUSULA NONA - DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES DOS REAJUSTES RETROATIVOS

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/09/2021 a 31/08/2022

Em virtude da vigência retroativa do presente Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho a 01/09/2021, as diferenças salariais referentes ao mês de setembro serão pagas juntamente com os salários do mês de outubro, com vencimento até o 5º dia útil do mês de novembro.

CLÁUSULA DÉCIMA - MANUTENÇÃO DAS CLÁUSULAS DA CCT 2020-2022

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/09/2021 a 31/08/2022

Restam mantidas as demais cláusulas da CCT de 2020/2022 durante o seu prazo de vigência.

GUSTAVO PETERS BARBOSA

Presidente

SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO PESADA NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO-
SINDOCOPES

VIRLEY ALVES SANTOS

Presidente

SIND TRAB IND C CIVIL M E P PAVIMENTACAO E TERRAPLANAGE

ANERILDO ZILIO DOS SANTOS

Presidente

SINDICATO TRAB IND CIM CONST CIVIL TERRAP PAVI SUL EES

JOSE CARLOS DOS SANTOS

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUCAO CIVIL DO NORTE DO ESTADO

JOSE PAULINO DA SILVA
Presidente
SIND TRAB IND CONST CIVILTERRAP EST PONTES CONST MONTAG

AECIO DARLI DE JESUS LEITE
Presidente
FETRACONMAG/ES - FED. DOS TRAB. NAS IND. DA CONST, CIVIL,MONTAGEM, TERRAPL.
PAVIM. CAL, GESSO, IND. E ART. DE CIMENTO, CER, LADR., ARGILA,

ANEXOS
ANEXO I - ATA AGE SINTINORTE

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - LISTA DE PRESENÇA AGE SINTINORTE

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO III - ATA AGE SINTRACON

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO IV - LISTA DE PRESENÇA AGE SINTRACON

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO V - ATA AGE SINTRACONST SUL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO VI - LISTA DE PRESENÇA SINTRACONST SUL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO VII - ATA AGE SINTRACONST

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO VIII - LISTA DE PRESENÇA AGE SINTRACONST

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.